

Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória**Jadir Peçanha Rostoldo**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo

 <https://orcid.org/0000-0003-2764-9312>E-mail: jadirostoldo@gmail.com

Resumo: O artigo explora a relação entre história e memória, buscando revelar a formação da identidade e do patrimônio. A partir de uma revisão bibliográfica diversa, de caráter qualitativo, o objetivo é analisar o surgimento das identidades e dos patrimônios na fronteira entre a história e a memória. Inicialmente visa entender como as identidades surgem na fronteira da história com a memória, como ocorre essa construção e quais elementos estão envolvidos. A seguir busca compreender a identidade nascida nesse contato. Identificar o patrimônio e sua constituição, assim como sua relação com a formação de identidades preenche a terceira etapa do trabalho. Concluímos que a identidade, como uma construção social e histórica, é fruto do entrelaçamento entre história e memória. O patrimônio, enquanto representante da história e da memória de uma sociedade, reflete sua identidade. O sujeito histórico, a partir de sua memória e história, enxerga no patrimônio sua identidade.

Palavras-chave: História; Memória; Identidade; Patrimônio; Fronteira.

Heritage and identity on the border of history and memory

Abstract: The article explores the relationship between history and memory, seeking to reveal the formation of identity and heritage. From a diverse literature review, of qualitative nature, the objective is to analyze the emergence of identities and heritage at the border between history and memory. Initially, it aims to understand how identities emerge in the frontier between history and memory, how this construction occurs, and what elements are involved. Next, it seeks to understand the identity born in this contact. Identifying heritage and its constitution, as well as its relationship with the formation of identities, fills the third stage of the work. We conclude that identity, as a social and historical construction, is the result of the intertwining of history and memory. The heritage, as a representative of the history and memory of a society, reflects its identity. The historical subject, from his memory and history, sees in the heritage his identity.

Keywords: History; Memory; Identity; Heritage; Border.

Texto recebido em: 19/03/2021

Texto aprovado em: 23/11/2021

Introdução

A relação entre história e memória segue sendo um dos principais objetos de análise no campo das ciências sociais, que acaba por transbordar para as demais esferas da sociedade. Essa continuidade se explica pela importância basilar de se

conhecer a essência desses processos, e suas conexões como vetores para se entender a história como um suporte social. A proposta deste artigo está situada na fronteira da história com a memória, em seu entrelaçamento, onde são construídas as identidades. Identidades que mantêm uma relação direta e fluída com a constituição de patrimônios. Nosso objetivo, a partir de uma revisão bibliográfica diversa, é analisar e entender o surgimento das identidades e dos patrimônios na fronteira entre a história e a memória.

No entanto, não basta entender a gênese da identidade e do patrimônio, mas também apresentar a relação entre eles, como coexistem e se complementam. Na fronteira entre história e memória se formam e se mantêm as identidades individuais e coletivas, e a partir delas é que se torna possível o reconhecimento do patrimônio. A busca por uma identidade ampliada, que conecta o que nos caracteriza e nos distingue, assevera a importância da memória e da história como fator de aglutinação. Coesão que é facilitada a partir da constituição e configuração de patrimônios como objetos de conexão, de atração, e de fortalecimento social.

A primeira parte do artigo é dedicada a entender como as identidades surgem na fronteira da história com a memória, como ocorre essa construção e quais elementos estão envolvidos. No tópico seguinte nos detemos na compreensão da identidade nascida nesse contato, nesse entrelaçamento. Explorando as diversas abordagens, o foco é apontar a função social das identidades e sua importância na manutenção dos grupos sociais. Na terceira parte buscamos identificar o patrimônio e sua constituição, assim como sua relação com a formação de identidades, conseqüentemente sua conexão com a história e a memória.

A fronteira entre história e memória

A professora Lucilia Delgado (2006) defende que a tarefa de compreender o passado compete à história e à memória. Segundo ela a maior contribuição dessa parceria seria evitar que o ser humano perca referências fundamentais na construção das identidades coletivas, que são uma das bases do auto-reconhecimento do homem como sujeito de sua história. Tanto a história como a memória, apesar de distintas, tem substância comum: são antídotos do esquecimento. São fontes de imortalidade. Em decorrência, são espaços de poder. Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, em sua relação com a história, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo,

salvando-o do esquecimento e da perda. Para Delgado (2006), história e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processar diacrônico e sincrônico da vida em sociedade.

Memória e história são processos sociais, são construções dos homens, que tem como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade. Dessa maneira, a memória como substrato da identidade, refere-se aos comportamentos e as mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual encontra-se relacionado à inserção histórica de cada indivíduo. Nesse sentido, a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a história, constitui-se também como fundamento de identidades, mediante um processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que contém no seu âmago as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente. A memória é uma evocação do passado, é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total (DELGADO, 2006). “O passado coletivo”, representado pela memória e a história, “constrói identidade” (D’ALESSIO, 2012, p. 80).

Le Goff afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1999, p. 469). Para o autor a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Ocupar o espaço de senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. Nesse processo coexistem pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. A dos historiadores deve corrigir a história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros.

Como todas as ciências, a história deve generalizar e explicar. As explicações são mais avaliações do que demonstrações, mas incluem a opinião do historiador em termos racionais, inerentes ao processo intelectual de explicação. O historiador deve respeitar o tempo que, sob diversas formas, é a condição da história e que deve fazer corresponder seus quadros de explicação cronológica à duração do vivido. Não

há história imóvel e a história também não é a pura mudança, mas o estudo das mudanças significativas. Na análise de Le Goff (1999) o passado é ao mesmo tempo passado e presente, tendo em vista que a história é duração. Sendo assim, a cultura histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado, pois a história é a ciência do tempo. “O passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um de seus objetos.” (LE GOFF, 1999, p. 41). Em sua vertente social, segundo Castro, a história se constitui a partir da “abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica.” (CASTRO, 1997, p. 54)

Escrevendo sobre novas tendências historiográficas, Burke (1997) aponta a importância da crítica e das novas contribuições. Com elas a história ampliou seu campo e seu território de atuação, abarcando todos os grupamentos e eventos das sociedades, sem restrições. Nesse caminho surgiram novas fontes, objetos e metodologias, além da importante e permanente colaboração interdisciplinar, que proporcionou a história um espraiamento sem fronteiras. Em seu ensaio metodológico sobre a história, Bloch (2001) defende que a disciplina deve focar preferencialmente o indivíduo e as sociedades, assim como o entendimento das crises momentâneas e a busca pelos elementos mais duradouros nos processos. Sustenta que

o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que singular, favorável a abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. [E decreta, a história é a ciência] dos homens, no tempo. (BLOCH, 2001, p. 54-55)

A permanente reescrita da história é uma das suas principais raízes de sustentação. Na análise de Reis (2006) isso ocorre por duas razões, que coexistem no desenrolar da interpretação histórica. Uma delas se funda no objeto da história, que são os homens e as sociedades em sua temporalidade, ou seja, sempre mutante. Sendo assim, o conhecimento histórico não é imediato, total, absoluto, definitivo, mas se revela a partir do movimento temporal. Dessa maneira, a reescrita da história não é uma opção, mas uma necessidade. A outra se refere a

constante mudança do conhecimento histórico, que está sempre agregando novas fontes, técnicas, conceitos, teorias e pontos de vista. Além disso, surgem novos sujeitos de pesquisa, historiadores com novas questões e reformulações críticas, que conduzem a necessidade novas reinterpretações da história estabelecida. Não é sem sentido que para Reis: “A história é sucessão processual: os acontecimentos emergem, submergem, explodem, adormecem, dependendo do seu ritmo próprio. (...) A história é a reconstrução narrativa, conceitual e documental, em um presente, da assimetria entre passado e futuro.” (REIS, 2006, p. 8-9)

Madeleine Rebérioux, em entrevista a D’Alessio (1998), afirma que a história não pode ficar presa apenas a uma memória, pois elas são diferentes. A coleta de memórias, indispensável a história, deve ser ampla e diversa, sem imposição de nenhuma barreira entre as duas. Para Rebérioux, o que será objeto de memória e de conhecimento depende das escolhas do sujeito histórico em seu passado. Essas escolhas são feitas a partir de dois fatores: primeiro, buscamos aquilo que nos sustenta nas lutas que estamos envolvidos; e depois, o conhecimento prévio, sempre necessário para a compreensão do problema analisado. Alerta que não podemos confundir memória e história,

Todas as memórias devem ser convocadas, evocadas, confrontadas, mas nenhuma delas, individualmente ou em conjunto, constituem a história. Esta consiste necessariamente na escolha e construção de um objeto, operação que pode dar-se a partir de evocações de lembranças, mas que não pode levar à redução da história a essas memórias (D’ALESSIO, 1998, p. 118-119).

Os grupos sociais acabam moldando suas memórias, que não são fenômenos individuais, mas construções sociais e coletivas. Não devemos encarar a memória como passado, mas como rememoração desse passado por indivíduos e grupos, atrelados ao contexto do momento (GOULART; PERAZZO; LEMOS, 2005). Concordamos com Silva que “a memória não é a capacidade de guardar e acumular informações e lembranças com precisão, a memória é o processo de reelaboração de informações e experiências de vida” (SILVA, 2010, p. 328). A importância de se compreender e estudar as memórias de uma sociedade está em desvendar seus valores, comportamentos e continuidades.

Ramos (2010) argumenta que a memória não pensa, sistematicamente, sobre si mesma e também não aceita a memória dos outros, essas são características da

história. Demarcando bem o contato e a diferença entre história e memória, o autor declara que

A memória, sempre pronta para se defender de outras lembranças, faz parte da própria existência de indivíduos e grupos sociais, apresenta soluções de continuidade e rompimento, fundamentais em qualquer configuração cultural. A história não está livre dessas vinculações. Dependendo das filiações, há maior ou menor peso nas alianças com a memória, mas sempre emerge uma diferença, através da qual são estabelecidas as fronteiras: a missão da história está em apresentar problemas, não só como fundamento do próprio saber, mas como princípio ético de validação do ato de conhecer (RAMOS, 2010, p. 401-402).

Problematizando sobre história e memória, Pierre Nora concorda que elas estão “longe de serem sinônimos”, mas também sustenta que “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. (...) A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 9, 14). Importante salientar que não existe nenhuma contradição nisso, mas sim uma constatação da conexão permanente e necessária entre as duas. O contato é inevitável, gerando um sentimento de pertencimento onde “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1993, p. 17). Matos reconhece que “trata-se, afinal, de uma questão de limites” (MATOS, 2015, p. 416). Limites onde convivem divergências e convergências que não as tornam incompatíveis, ao contrário, constroem uma relação de tensão criativa.

Nessa confluência o que se solidifica são as identidades, que a partir do passado conectam as histórias e as memórias pavimentando seus caminhos de representatividade e coletividade. Reconhecendo os pontos de contato fica claro que quando se analisa, separadamente, história e identidade ou memória e identidade, intrinsecamente, o processo engloba as três esferas. A identidade é resultado do entrelaçamento entre história e memória, sendo assim o vínculo é permanente.

Uma construção social e histórica: identidade

A importância do tema identidade se revela nos inúmeros e diversos trabalhos sobre o tema, assim como sua fundamental participação nas concepções e construções das sociedades, seus grupos e indivíduos. Procuramos trazer neste tópico um pequeno excerto dessas análises, buscando cristalizar a proposta que

adotamos no artigo. Analisando o conceito, Pereira (2009) destaca que a identidade é uma construção histórico-social, com forte influência ideológica, mas também um estado transitório. As identidades são relativas. Se as sociedades estão em constante movimento e adaptação, suas conexões também estão, proximidades e distanciamentos são passíveis de se formarem a todo tempo. Por outro lado, o conceito acaba por se unificar na concepção humana de raça, ou seja, se existe apenas uma todos os seus membros se identificam. Sendo assim, utilizamos como base o conceito de identidade apresentado por Goulart, Perazzo e Lemos, onde

identidade indica semelhança a si próprio a partir de um processo de reconhecimento do outro. A identidade coletiva de um grupo processa-se a partir de sentimentos de pertencimento a esse grupo, garantido por imagens ou símbolos que permitem o reconhecimento do outro como a mim mesmo (GOULART; PERAZZO; LEMOS, 2005, p. 158).

Dessa maneira, identidade não é um conceito imutável, um fim em si mesmo, mas é maleável e mutável, seguindo as interações dos sujeitos nos campos político, social e cultural. Na visão de Simonard e Santos, a sociedade atual “se caracteriza pela rapidez, pelo mutável, pelo volúvel, o que se reflete nas identidades que surgem das interações sociais que nela ocorrem e se formam” (SIMONARD; SANTOS, 2017, p. 17). Assim, as identidades fixas, sólidas e duráveis tendem a encolher, dando lugar a identidades múltiplas. A multiplicidade é reflexo da diversidade de lugares onde sujeitos e grupos podem surgir e se expressar.

Para Pereira, a construção da identidade ocorre a partir de “complexos processos que levam o homem a ser aquilo que é, a agir, apresentar-se e autopercepcionar-se de determinada forma” (PEREIRA, 2002, p. 108). Partindo da observação do processo de construção identitária o autor argumenta que a identidade é algo dinâmico e não essencialista, resultando de múltiplos fatores. Pereira (2002) rejeita a ideia de uma identidade básica, com características imutáveis, que torna o indivíduo aquilo que ele é independente de suas experiências vividas. Cada indivíduo compõe sua identidade a partir de sua multiplicidade de pertencimentos e inserções, pelo trânsito em diversos mundos, atuando em diversos papéis e interagindo em contextos distintos.

O reconhecimento recíproco é fundamental para constituição prática das identidades. Aceitar uma identidade traz o sentimento de segurança, de pertencimento, de proteção, mesmo que o processo de sua construção seja repleto

de insegurança e incerteza. A identidade pode se movimentar por vários grupos, apoiada no encontro entre suas histórias e memórias. Ela só pode ser entendida como um processo que se constrói por meio da diferença.

Identidade é algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. (...) Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 106).

Ao nos apropriar da distinção entre três formas e origens de construção de identidades, feita por Castells, onde ela pode ser “legitimadora (dominação), de resistência (marginalizados) e de projeto (transformação social)”, assumimos em nossa análise que a identidade de resistência se constitui a mais importante (CASTELLS, 2018, p. 55-56). A partir dela, que seria a responsável pela formação de comunidades, a identidade de projeto gera sujeitos críticos e atuantes, que transformam sua posição social. Para Castells, ao resistirem ao processo de individualização, as pessoas tendem a se agrupar em instituições comunitárias que acabam por gerar um sentimento de pertencimento e identidade cultural. Dessa maneira, novos sujeitos estariam aptos a atuar como “agentes coletivos de transformação social”, provocando novos significados e reconhecimentos e projetos coletivos.

Revedo o processo de engajamento militante, Naujorks e Silva (2016) desnudaram o reconhecimento do que vem a ser identidade individual e identidade coletiva. Além de ser um fenômeno coletivo, a identidade também assume um caráter múltiplo a partir da interação entre identidade individual e coletiva, nesse contexto “não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” (MISCHE. *Apud.* NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 138).

O fenômeno identitário é uma construção social e histórica, fruto das relações sociais dos indivíduos em seus grupos de convivência. O sujeito constrói suas identidades a partir de identificações com símbolos, objetos, histórias e memórias que se tornam referências. A identidade individual engloba as dimensões pessoal, social e coletiva, enquanto a identidade coletiva é um fenômeno grupal, o que dá coerência ao grupo para as movimentações coletivas. Para Naujorks e Silva

Pode-se entender a identidade como um conjunto de processos cognitivos e afetivos, de construção e atribuição de significados que pessoas, individual e coletivamente, elaboram sobre si mesmas, outras pessoas, grupos e a sociedade, a partir de referências pessoal e socialmente construídas. (...) A identidade é uma construção social de significados, sentimentos e emoções associados ao auto-reconhecimento e ao reconhecimento dos outros. Essa construção é tanto singular (própria a um indivíduo particular) quanto coletiva (própria a um conjunto de indivíduos). (NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 139)

As identidades, sejam individuais ou coletivas, também são reconhecidas a partir de padrões de relacionamento na sociedade, que podem ser econômicos, políticos, religiosos, históricos ou culturais. O reconhecimento e conexões entre as identidades individuais leva a identidade coletiva. Assim, processos e ações individuais podem ganhar a dimensão coletiva. A identidade coletiva não é apenas um dado na sociedade, mas é a resposta que os atores sociais dão quando investigam “como” e “por que” se aglutinam e se mantêm. Descobrir como e por que indivíduos se conectam a grupos é a chave para sua identificação coletiva, sua manutenção e ação (MAIA, 2009). Cohem e Arato defendem que a criação de identidade coletiva “envolve o conflito social em torno das reinterpretações de normas, a criação de novos sentidos e o desafio da construção social das próprias fronteiras entre o privado e o público e os domínios de ação política” (COHEM; ARATO. *Apud.* MAIA, 2009, p. 96).

Enquanto construção social a identidade ressalta o semelhante, podendo ser assimilada, absorvida e internalizada. Pode também designar aquilo que perdura, que mantém o grupo estável reproduzindo o idêntico. “O conjunto de experiências de uma comunidade (...) define sua identidade” (DANTAS, 2015, p. 125). A identidade está vinculada ao pertencimento, pertencer a um grupo, a uma organização, a um processo. As pessoas se unem pelo pertencimento. Com essa perspectiva fica claro que a identidade é uma construção social e histórica.

Lugar de memória, objeto da história: patrimônio

Chegamos até aqui aceitando a identidade como resultado do contato entre a história e a memória, além de ser uma construção social e histórica. Esse reconhecimento é fundamental para estabelecer a conexão que nos propomos entre identidade e patrimônio. Tarefa que nos debruçamos neste tópico. Patrimônio, ou patrimônio cultural, se refere aos bens, sejam materiais ou imateriais, que reflitam

a sociedade e seus componentes. Nas palavras do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (IPHAN, 2012, p. 12). O processo contínuo de transformação histórica mantém as sociedades conectadas com seu passado pela construção de patrimônios, que reafirmam suas identidades. O reconhecimento de um patrimônio é o reconhecimento da história de um povo, de suas lutas, conquistas, valores e crenças em determinados períodos. Partindo dessa constatação, Almeida defende que

Pelo patrimônio, os grupos sociais reconhecem sua identidade e, uma vez assumidos, materializados são, no presente, transmitidos às gerações futuras. Cabe adiantar que o papel de representação simbólica da identidade que o patrimônio detém pode ser entendido como a busca da ideia de continuidade dos grupos sociais (ALMEIDA, 2013, p. 426).

D’Alessio sustenta que “a ideia moderna de patrimônio está ligada ao impulso de preservação de bens materiais e imateriais que emerge do social” (D’ALESSIO, 2012, p. 79). Sua incorporação a esfera pública e as humanidades acabou por ser uma forma social de afirmação política de grupos distintos, se convertendo em um instrumento de articulação para o pertencimento coletivo (SANTIAGO JÚNIOR, 2015). O patrimônio é onde as referências civis e sociais se ampliaram no sentido de pertencimento a certa comunidade, grupo ou sociedade. As identidades presentes no reconhecimento do patrimônio são as mesmas que acabam por dar voz e ação aos indivíduos, tornando a vestimenta de cidadão mais consistente. Para Santiago Júnior, os grupos sociais buscam o patrimônio como um direito cultural, como um aspecto de sua cidadania. “Junto ao aspecto memorial do patrimônio consolidaram-se os seus valores de uso amplos e o próprio ‘direito à memória’ poderia ser exercido como princípio de cidadania e da conquista de outros direitos sociais pelos grupos sociais” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 262).

O patrimônio carrega diversos valores de memória, um deles é o valor histórico onde “o objeto permite ao indivíduo ou coletividade construir uma narrativa para o próprio passado do qual é prova”, conforme a conceituação de Alois Riegl assumida por Santiago Júnior (2015, p. 260). Guillen (2014) concorda que esses bens não podem ser vistos como uma entidade natural, pois é resultado de uma seleção histórica realizada por instituições criadas e preparadas para isso,

envolvidas no contexto local, seus conflitos e disputas. “Patrimônio é um *locus* para o qual afluem práticas e representações que encontram correspondência em diversas políticas públicas, consubstanciadas em instituições que objetivam preservar e/ou mesmo instituir o que é patrimônio” (GUILLEN, 2014, p. 641). Essas práticas e representações, em contato com os conflitos e disputas, representam uma das formas de carregar o patrimônio de identidades.

Ao atribuir existência ao sujeito e elevá-lo a categoria de agente histórico e social, a memória, que está no centro da estrutura dos patrimônios, também interfere no exercício da cidadania. Segundo Goulart; Perazzo e Lemos, essa categorização garante ao indivíduo “poder nas relações, resgata sua identidade, cria valores sociais relacionados ao grupo e ao espaço de convivência” (GOULART; PERAZZO; LEMOS, 2005, p. 160). Como uma estrutura dinâmica, a memória está sempre sujeita a mudanças, levando a novas inclusões e reparações na história. “O trabalho com a memória permite que outros indivíduos e grupos tenham destaque, atualiza lutas reprimidas e valoriza culturas e identidades vistas como ‘inferiores’ ou ‘primitivas’, daí a sua importância para a cidadania” (SILVA, 2010, p. 329).

A articulação entre história e memória aduba o debate e a compreensão sobre os bens patrimoniais. Assim como a produção histórica se apoia na operação que altera o perfil de documentos para fontes, a constituição de patrimônios demanda uma operação de escolha e valoração de bens do passado, sejam materiais ou imateriais, como representantes da coletividade social. Também a partir do vínculo com o passado, o patrimônio pode proporcionar a reconstrução das conexões do presente com seus precedentes. O resultado é o estabelecimento de laços sociais importantes para a sobrevivência das coletividades (GUIMARÃES, 2008).

A partir dessa articulação as relações entre patrimônio e memória ficam evidentes. Apenas a continuidade do bem no tempo não tem a capacidade de transformá-lo em identidade. Alguns assumem esse papel e outros não. As lembranças dos indivíduos e dos grupos, transformadas em memórias historicizadas, acabam por se traduzir em representações, símbolos e signos cuja expressão material e/ou imaterial pode ser percebida no patrimônio cultural. Dessa maneira,

O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de

transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade; é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados. (GUIMARÃES, 2008, p. 21)

Destacando o pressuposto da dimensão imaginária da sociedade, Oliveira (2010) discute a memória como definida em função de conceber um universo mental que adquire substância social. Para ele, uma das particularidades desta concepção, distinguindo-a de outras dimensões mentais, é ter o passado como foco. Outra é ser uma prática, uma ação presente e recorrente. Considera que toda a discussão sobre memória deve considerar as novas questões impostas pelo debate entre patrimônio e patrimônio imaterial: identidade, diversidade cultural, relações de significados. Esse debate também pode apontar para a constituição da memória na relação com outras práticas sociais ou mesmo com práticas que se desenrolam na relação com o ambiente natural.

Como operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado, que se pretende conservar, a memória se vincula as tentativas de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre diversas coletividades. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas, também, as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum são as duas funções essenciais da memória comum, que fornecem um quadro de referências e de pontos de referências. Nesse sentido, a memória coletiva de um determinado grupo se constitui em uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações. Definindo o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Dessa forma, a memória coletiva acaba produzindo um patrimônio ou levando a constituição de um (POLLAK, 1989).

Entendemos o patrimônio para além do seu vínculo com a memória, mas também por sua representação material, simbólica, de preservação, comemoração e cultural. A emergência do patrimônio, ou sua instituição, só pode ser compreendida no respectivo contexto cultural, político e ideológico. Para Matos (2015), o processo de patrimonialização é crescente, abarcando todo o espectro de lugares de memória. Isso também indica um alargamento do conceito de identidade, que passa a abarcar “aspectos e manifestações culturais antes não reconhecidas como essenciais para a definição dessa identidade” (GUILLEN, 2014, p. 640-641). O reconhecimento de

identidades, por todos os grupos ou sociedades, reforça e amplia a percepção de patrimônio como construção coletiva. O bem patrimonial aglutina as referências e valores históricos dos envolvidos.

A representação do patrimônio também é percebida na conexão entre patrimônio e paisagem, que, segundo Nobre, “é composta por frações de formas naturais e artificiais, que se constituem num conjunto heterogêneo em que se torna difícil distinguir o que é natural do que é artificial” (NOBRE, 2007, p. 110). Os elementos e os sinais presentes nas paisagens são importantes no reconhecimento social, pois acabam por preservar atributos das diversas comunidades para as gerações futuras. A paisagem possui a função de abastecer a memória social, estando em constante transformação. Sendo assim, ela reflete as interações entre os homens e a natureza, como reflexo do movimento cotidiano da sociedade. Como resultado de sua investigação sobre os temas, Figueiredo (2013) avalia que independente da classificação dada a paisagem seu vínculo com o patrimônio é indissociável. O reconhecimento de que a paisagem representa o trabalho combinado da natureza e do homem ratifica sua importância na coesão social. A paisagem acaba por se tornar patrimônio.

Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio pressupõe, ao passo que admite, o constante movimento e as relações intrínsecas e inseparáveis entre conceitos e abordagens da história, da sociologia, da antropologia, da memória, da arte, da cultura, da ecologia e suas correspondências no meio físico, seja na edificação, nos objetos ou nos territórios – urbano, rural ou natural. (FIGUEIREDO, 2013, p. 86-87)

Observando apenas criticamente o avanço da patrimonialização, sem atentar para o cidadão refletido nela, corre-se o risco da não identificação dos novos sujeitos sociais que surgem no entorno da sociedade. Esses novos sujeitos, geralmente grupos subalternos que vivem nas periferias, podem se reconhecer e se identificar com os novos patrimônios, apontando para a necessidade de ampliação da diversidade social, muitas vezes diminuída. O reflexo se dá na posse da cidadania por intermédio do patrimônio, que passa a referendar todas as camadas da sociedade. O exercício da cidadania é valorizado e fortalecido com a constituição de patrimônios, pois constrói e referencia elementos de reconhecimento identitário, seja individual ou coletivo, nas sociedades.

O patrimônio remete a identidade e a memória de determinado grupo ou sociedade, pois ambas estão repletas de referências. A memória, como objeto da história, codifica as identidades que proporcionam à fixação dos patrimônios e seus suportes sociais. Para além de seus valores, os bens patrimoniais conservam em si elementos da história do lugar e da sociedade, contribuindo para a continuidade histórica de um povo. Sendo assim, podemos indicar que os patrimônios se constituem e se mantêm na fronteira entre a história e a memória, enquanto identidade individual ou coletiva. Os patrimônios são lugares de memória, consequentemente objetos da história.

Considerações finais

O reconhecimento as suas identidades, para qualquer grupo social, funciona como ferramenta básica para ratificar seus direitos. A história e a memória são, verdadeiramente, instrumentos poderosos para essa transformação, fazendo com que esses direitos se tornem realidade. A memória depositada no patrimônio é um vigoroso vetor para o cidadão compreender sua história, sua identidade individual ou coletiva e exercer seu papel na sociedade. A história, enquanto crítica da memória, estabelece espaços de poder que são ocupados por grupos que se identificam e reconhecem na dimensão patrimonial, seja material ou imaterial.

A história e a memória de cada sujeito são intransferíveis e integram suas experiências vividas. A fronteira entre elas proporciona o entendimento do passado por meio dos sentimentos, das visões de mundo e de experiências que conduzem ao empoderamento dos grupos e dos indivíduos. Esse poder se materializa nas identidades. Essa constatação estabelece laços sociais importantes para a manutenção da coletividade, proporcionando que grupos excluídos se reconheçam e se identifiquem, fortalecendo o sentimento de pertencimento. O resultado é a ampliação da diversidade social e do papel de cidadão, do direito a cidadania.

Na fronteira, no entrelaçamento entre história e memória se reproduzem as identidades, que são frutos do contato entre elas. O recordar o passado, pelo olhar factual da história e pelo viés emocional da memória, provoca reconhecimentos e certezas de pertencimentos que desembocam na estação chamada identidade. Chegar a essa estação é a busca constante de indivíduos e sociedades. Sem identidade os grupos sociais não se movimentam, não se conectam, não reproduzem sua história e sua memória, e não produzem seus

patrimônios. Importante ratificar que, enquanto construção histórica e social, as identidades não são fixas, mas mutáveis e múltiplas, seguindo o constante processo de transformações sociais, políticas e culturais. O reconhecer, o pertencer, e o se sentir semelhante é maleável, construído sistematicamente em cada processo identitário.

O patrimônio representa a história e a memória de uma sociedade, conseqüentemente, sua identidade. Sendo assim, as identidades proporcionam o reconhecimento dos patrimônios. Identidade e patrimônio sustentam a ação política e social dos diversos grupos na sociedade, estando também na base da busca por sua preservação cultural e manutenção das sociabilidades. O sujeito histórico, a partir de sua memória e história, cristaliza a possibilidade de enxergar no patrimônio sua identidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura, paisagens e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil central. *Espaço e Geografia*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 417-440, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico: Pierre Vilar, Michel Volvelle. Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 79-90, 2012.

DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: o habitante do Triângulo Mineiro e a constituição da triangulicidade. *Locus*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 125-144, 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo e identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 63, p. 103-120, abr. 2016.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 32, p. 83-118, 2013.

GOULART, Elias E.; PERAZZO, Priscila F.; LEMOS, Vilma. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153-166, 2005.

GUILLEN, Isabel C. M. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n.2, p. 637-660, 2014.

GUIMARÃES, Manoel L. S. História, memória e patrimônio. In: OLIVERIA, Antônio J. B. de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, p. 17-40.

IPHAN. Instituto Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 87-118, 2009.

MATOS, Sérgio Campos. História, memória e ficção: que fronteiras? *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 414-426, 2015.

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 136-152, 2016.

NOBRE, Paulo José Lisboa. Patrimônio-paisagem: função social da cidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, ano 7, n.2, p. 108-121, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, história e patrimônio: perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 131-151, 2010.

PEREIRA, Inês. Identidades em rede: construção identitária e movimento associativo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 40, p. 107-121, 2002.

PEREIRA, Diana Araujo. América Latina: cursos e discursos da identidade e da memória. *Maracanã*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 63-74, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POSSAMAI, Zita R. O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 23-49, 2018.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. *Caderno Cedex*, Campinas, v. 30, n. 82, p. 397-411, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. *Projeto História*, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan.-abr. 2015.

SILVA, Paulo R. da. Memória, história e cidadania. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 23, n. 32, p. 327-346, 2010.

SIMONARD, Pedro; SANTOS, Anny Rochelly Vieira. Identidade, pertencimento e engajamento político nas mídias sociais. *Interthesis*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 16-31, 2017.

Jadir Peçanha Rostoldo é Professor Visitante no Departamento de História e na Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Economia, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Como citar:

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 152-168, jul./dez. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.